

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR002986/2010
DATA DE REGISTRO NO MTE: 27/08/2010
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR046745/2010
NÚMERO DO PROCESSO: 46212.011582/2010-45
DATA DO PROTOCOLO: 24/08/2010

Confira a autenticidade no endereço <http://www.mte.gov.br/mediador>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE PONTA GROSSA, CNPJ n. 80.251.481/0001-47, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO VENDELIN KIELTYKA;

E

SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICU, CNPJ n. 01.819.587/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIS ANTONIO SEBEN;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de junho de 2010 a 31 de maio de 2011 e a data-base da categoria em 1º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados no Comércio, Plano da CNTC**, com abrangência territorial em **Arapoti/PR, Castro/PR, Imbituva/PR, Irati/PR, Jaguariaíva/PR, Mallet/PR, Palmeira/PR, Piraí do Sul/PR, Ponta Grossa/PR, Prudentópolis/PR, Teixeira Soares/PR, Telêmaco Borba/PR e Tibagi/PR**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Assegura-se, a partir de 1º DE JUNHO DE 2010, aos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, piso salarial de R\$ 742,00 (setecentos e quarenta e dois reais).

Parágrafo único - Fica estabelecido garantia de valor mínimo ao piso salarial da categoria, igual ao menor salário pago a todo trabalhador adulto no País, por jornada integral, acrescido de 20% (vinte por cento).

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Aos salários fixos ou a parte fixa do salário de junho de 2009 já corrigidos na forma da Convenção Coletiva de Trabalho anterior, serão reajustados a partir de 1º de junho de 2010 no percentual de 7,00 % (sete por cento).

3.1 - Aos empregados admitidos após junho de 2009, será garantido o reajuste estabelecido nesta cláusula, proporcionalmente ao seu tempo de serviço, conforme tabela abaixo, considerando o parcelamento do índice de correção definido no caput desta cláusula:

Admitidos em	Reajuste
Junho/2009	7,00 %
Julho/2009	6,41 %
Agosto/2009	5,83 %
Setembro/2009	5,25 %
Outubro/2009	4,66 %
Novembro /2009	4,08 %
Dezembro /2009	3,50 %
Janeiro /2010	2,91 %
Fevereiro /2010	2,33 %
Março /2010	1,75 %
Abril /2010	1,16 %
Maió/2010	0,58 %

3.2 - Compensações: A correção salarial ora estabelecida sofrerá a compensação de todos os aumentos, antecipações e reajustes salariais, abonos salariais ou não, de natureza espontânea ou compulsória concedidos pelo empregador, desde junho de 2009. Não serão compensados os aumentos salariais determinados por promoção transferência de cargo, e equiparação salarial por ordem judicial ou termino de aprendizagem.

3.3 - As condições de antecipação e reajuste dos salários aqui estabelecidos, englobam, atendem e extinguem todos os interesses de atualização salarial ocorrente no mês de junho de 2010.

3.4 - As eventuais antecipações, reajustes ou abonos, espontâneos ou compulsórios que vierem a ser concedidos após junho de 2010, serão compensados com eventuais reajustes determinados por leis futuras ou disposição de outras convenções ou aditivos firmados pelas partes.

3.5 - Os salários de junho/2009 com a aplicação integral do índice previsto nesta cláusula, conforme o mês de admissão será base de cálculo para reajuste salarial na próxima data-base.

3.6 - As diferenças dos salários de junho de 2010 decorrentes da presente convenção deverão ser pago juntamente com o salário de agosto de 2010 até o quinto dia útil de setembro/2010 sem acréscimo.

JOAO VENDELIN KIELTYKA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE PONTA GROSSA

LUIS ANTONIO SEBEN
PRESIDENTE
SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICU

ANEXOS

ANEXO I - TERMO DA CCT 2010/2011

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

Convenção Coletiva de Trabalho que entre si ajustam de um lado o **SINDICATO DOS EMPREGADOS**

NO COMERCIO DE PONTA GROSSA, CNPJ 80.251.481/0001-47 representando os empregados, e o **SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS DO ESTADO DO PARANÁ**, CNPJ 01.819.587/0001-28, representando os empregadores, por seus Presidentes, devidamente autorizados pelas Assembléias Gerais, tem justo e contratado esta Convenção Coletiva de Trabalho, com as seguintes cláusulas:

01. VIGÊNCIA: A presente Convenção terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 01 de junho de 2010 até 31 de Maio de 2011.

02- BASE TERRITORIAL: A presente Convenção abrange os Municípios de Arapoti, Castro, Imbituva, Jaguariaíva, Mallet, Palmeira, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Prudentópolis, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania, Irati, Carambeí, Imbaú e Guamiranga.

03 - REAJUSTE SALARIAL: Aos salários fixos ou a parte fixa do salário de junho de 2009 já corrigidos na forma da Convenção Coletiva de Trabalho anterior, serão reajustados a partir de 1º de junho de 2010 no percentual de 7,00 % (sete por cento).

3.1 - Aos empregados admitidos após junho de 2009, será garantido o reajuste estabelecido nesta cláusula, proporcionalmente ao seu tempo de serviço, conforme tabela abaixo, considerando o parcelamento do índice de correção definido no caput desta cláusula:

Admitidos em	Reajuste
Junho/2009	7,00 %
Julho/2009	6,41 %
Agosto/2009	5,83 %
Setembro/2009	5,25 %
Outubro/2009	4,66 %
Novembro /2009	4,08 %
Dezembro /2009	3,50 %
Janeiro /2010	2,91 %
Fevereiro /2010	2,33 %
Março /2010	1,75 %
Abril /2010	1,16 %
Maió/2010	0,58 %

3.2 - Compensações: A correção salarial ora estabelecida sofrerá a compensação de todos os aumentos, antecipações e reajustes salariais, abonos salariais ou não, de natureza espontânea ou compulsória concedidos pelo empregador, desde junho de 2009. Não serão compensados os aumentos salariais determinados por promoção transferência de cargo, e equiparação salarial por ordem judicial ou termino de aprendizagem.

3.3 - As condições de antecipação e reajuste dos salários aqui estabelecidos, englobam, atendem e extinguem todos os interesses de atualização salarial ocorrente no mês de junho de 2010.

3.4 - As eventuais antecipações, reajustes ou abonos, espontâneos ou compulsórios que vierem a ser concedidos após junho de 2010, serão compensados com eventuais reajustes determinados por leis futuras ou disposição de outras convenções ou aditivos firmados pelas partes.

3.5 - Os salários de junho/2009 com a aplicação integral do índice previsto nesta cláusula, conforme o mês de admissão será base de cálculo para reajuste salarial na próxima data-base.

3.6 - As diferenças dos salários de junho de 2010 decorrentes da presente convenção deverão ser pago juntamente com o salário de agosto de 2010 até o quinto dia útil de setembro/2010 sem acréscimo.

04 - PISO SALARIAL: Assegura-se, a partir de 1º DE JUNHO DE 2010, aos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, piso salarial de R\$ 742,00 (setecentos e quarenta e dois reais).

Parágrafo único - Fica estabelecido garantia de valor mínimo ao piso salarial da categoria, igual ao menor salário pago a todo trabalhador adulto no País, por jornada integral, acrescido de 20% (vinte por cento).

05 - PISO PARA COMISSIONADOS: Assegura-se aos comissionistas a garantia mínima de R\$ 742,00 (setecentos e quarenta e dois reais) quando suas comissões mais salários não ultrapassem no mês este valor.

06 - GARANTIA AOS COMISSIONADOS: As comissões para efeito de férias, 13º salário, inclusive proporcional, indenização por tempo de serviço e aviso prévio indenizado, serão atualizados com base no INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor).

Parágrafo Único - Para o calculo do 13º salário, adotar-se-á a media corrigida das comissões pagas no ano a contar de Janeiro; no caso de férias indenizadas, integrais ou proporcionais, indenização e aviso prévio indenizado, adotar-se-á a média das comissões corrigidas nos doze meses anteriores ao período de gozo.

07 - RELAÇÃO DE VENDAS: As empresas ficam obrigadas a fornecer aos empregados comissionistas, o

valor das vendas que realizarem sobre as quais foram calculadas as comissões, mensalmente.

08 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO: Fica vedada a inclusão da parcela correspondente ao repouso semanal remunerado, de que trata a Lei N.º 605, DE 05.01.49, nos percentuais de comissão, ficando ajustado que o cálculo do dito repouso será feito dividindo-se o valor das comissões pelos dias efetivamente trabalhados, multiplicando-se pelo número de domingos e feriados ocorridos no mês correspondente.

09 - FÉRIAS PROPORCIONAIS: Na rescisão do contrato de trabalho que não se der por justa causa, os empregados que tiverem menos de 12 (doze) meses de serviço, perceberão férias proporcionais à base de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

10 - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS: As horas extras serão pagas com adicionais de 65% (sessenta e cinco por cento) até um limite de 20 (vinte) prestadas no mês, de 85% (oitenta e cinco por cento) até um limite de 40 (quarenta) prestadas no mês e de 100% (cem por cento) para as que excederem 40 horas prestadas no mês.

Parágrafo 1º - Serão consideradas extras as horas dedicadas a balanços, balancetes, reuniões, treinamentos e cursos realizados fora do horário de trabalho;

Parágrafo 2º - Não serão consideradas extras as horas de trabalho dedicadas a reuniões de CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e a treinamentos e cursos a que o empregado não esteja obrigado;

Parágrafo 3º - Aplica-se aos comissionistas o disposto nos parágrafos primeiro e segundo;

Parágrafo 4º - Para o cálculo do adicional da hora extra do comissionado serão considerado o valor do ganho no mês dividido por 220 (duzentos e vinte) horas.

11 - COMPROVANTES DE PAGAMENTO: Ficam as empresas obrigadas a fornecer aos seus empregados, envelopes ou comprovantes de pagamento ou contracheque, detalhando as importâncias da remuneração e os respectivos descontos efetuados, inclusive valores do FGTS.

12 - ANOTAÇÃO EM CTPS: É obrigatória a anotação na Carteira de Trabalho, inclusive dos salários reajustados e os percentuais de comissão.

13 - ABONO DE FALTAS AO VESTIBULANDO: Aos empregados estudantes que prestarem vestibular, desde que comprovem a prestação de exames na cidade em que trabalhem ou residem, é assegurado o abono do dia de trabalho.

14 - ESTUDANTES: Fica vedada a prorrogação da jornada de trabalho aos empregados estudantes que comprovem a situação de regularidade escolar e que manifestam o desinteresse pela citada prorrogação.

15 - UNIFORMES: As empresas ficam obrigadas a fornecerem gratuitamente os uniformes, quando seu uso for exigido, ficando o empregado obrigado a devolvê-lo por ocasião da rescisão de contrato.

16 - ESTABILIDADE DA GESTANTE: A empregada gestante gozará de garantia de emprego, ficando protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa desde o momento da confirmação da gravidez até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, nos termos da letra b, do inciso II, do artigo 10º. do ADCT.

17 - CRECHE: Os estabelecimentos que tenham em seus quadros 30 (trinta) ou mais mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, propiciarão ou manterão convênios com creches para guarda a assistência de seus filhos no período de amamentação, de acordo com o Parágrafo primeiro do inciso IV, do artigo 389 da CLT, ou reembolsarão o valor pago pela empregada.

18 - RESCISÃO DE CONTRATO: Fica estabelecida obrigatoriedade do empregador pagar as verbas rescisórias e dar baixa na Carteira de Trabalho e previdência Social no prazo da lei, sob pena de pagamentos de salários até a data do efetivo acerto de contas, sendo computado tal prazo como tempo de serviço para todos os efeitos.

19 - DURAÇÃO SEMANAL DE TRABALHO: Fixa-se a duração semanal do trabalho dos empregados da categoria em 44 (quarenta e quatro) horas. Poderá ser implantado banco de horas com as empresas através de Acordo Coletivo.

20 - CARNAVAL: Não haverá expediente e respectivo trabalho na terça-feira de carnaval.

21 - DOMINGOS/FERIADOS: Fica facultada a utilização do trabalho dos empregados nos domingos a seguir relacionados: 18/07/2010, 22/08/2010, 26/09/2010, 24/10/2010, 21/11/2010, 12/12/2010, 19/12/2010, 23/01/2011, 20/02/2011, 27/03/2011, 17/04/2011 e 22/05/2011.

Parágrafo Primeiro: Horário de Trabalho: O trabalho nos domingos acordados será no horário das 09:00 (nove) às 17:00 (Dezessete) horas, com a garantia de 01:00 (uma) hora de intervalo para refeição e descanso.

Parágrafo Segundo: O descanso semanal remunerado referente ao domingo trabalhado conforme a presente cláusula deverá ser gozado na semana antecedente ou subsequente.

Parágrafo Terceiro: Além do domingo a que se refere o caput da presente cláusula fica autorizado a jornada dos empregados, por mais 01(um) domingo no mês, quando se tratar exclusivamente de labor em feiras e exposições de caráter municipal ou estadual (Efapi, Agroleite, Transpon).

Parágrafo Quarto: As empresas se comprometem a fornecer aos empregados que prestarem serviços nos domingos vale refeição no valor equivalente a cláusula 30 ou alimentação de qualidade no valor correspondente.

Parágrafo Quinto: Aos empregados que trabalharem nos domingos as empresas fornecerão gratuitamente os vales-transporte para ida/volta ao trabalho, sem ônus para o trabalhador.

Parágrafo Sexto: Feriados - Durante a vigência da presente convenção coletiva de trabalho poderá haver jornada de trabalho em dois feriados municipais, garantindo-se a comunicação ao sindicato obreiro com antecedência mínima de 03 (três) dias do feriado pretendido, sendo que as horas trabalhadas no(s) feriado(s) a que se refere este parágrafo deverão ser pagas com adicional de 100% (cem por cento) para todas as funções, independente da folga semanal a ser gozada.

22 - FERIADOS E OUTROS DOMINGOS: Proibição – Multa : Observada a legislação de cada município da base territorial do sindicato profissional e a Lei Federal nº. 10.101/2000, as empresas não poderão exigir o trabalho dos empregados, nos feriados civis e religiosos - sejam eles nacionais estaduais ou municipais - e demais domingos/feriados não constantes da cláusula 21 e seus parágrafos, sob pena de arcar com multa de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por empregado, para cada domingo, feriado ou outra data em que o trabalho seja vedado, revertida em favor do sindicato profissional, que a repassará ao empregado prejudicado ou interessado, mediante recibo, presumindo-se fraudulento e inexistente o pagamento feito diretamente ao empregado sem assistência sindical; não sendo paga ao sindicato, para repasse aos empregados, no mês relativo à ocorrência do trabalho, a multa será exigida judicialmente via ação de cumprimento, com acréscimo de 20%(vinte por cento), agindo o sindicato em nome próprio e repassando os valores devidos aos empregados beneficiados após recebimento junto ao Poder Judiciário.

23 - PROIBIÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO E OUTRAS FORMAS DE SUBSTITUIÇÃO DA CATEGORIA EM VENDAS DE VEÍCULOS: Aos empregadores é ainda proibida a contratação de trabalhadores terceirizados, temporários, estagiários ou em caráter eventual ou exclusivo, para vendas aos domingos, feriados e dias pontes em que esteja proibido exigir o trabalho dos empregados da categoria. Não está autorizado o funcionamento das empresas da categoria econômica em qualquer localidade da base territorial, restando ainda proibida a venda inclusive em feirões, feirões de fábrica, exposições com venda, varejões, vendas em shoppings, estacionamento e quaisquer atividades que envolvam a venda de veículos nesses dias. Da mesma forma está vetado às montadoras, cf. Lei No. 6.729/79, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre, o funcionamento nesses dias, ficando a respectiva rede de concessionárias ou distribuidores responsável por fazer cumprir esta norma. A promoção de esforço de venda, feirões, feirões de fábrica, exposições de venda, varejões, vendas em shoppings, estacionamento, e quaisquer atividades que envolvam venda de veículos nesse dias, implica responsabilização da respectiva montadora e demais empresas envolvidas, mesmo que a mão-de-obra utilizada não mantenha vínculo de emprego com a concessionária/distribuidora envolvida, respondendo todos, solidariamente, pela multa constante da cláusula 22.

24 - EMPREGADO SUBSTITUTO: O empregado admitido para a função de outro, despedido sem justa causa, perceberá igual ao menor salário da função em que se deu a dispensa.

25 – ASSENTOS: Haverá assentos para os empregados nos locais de trabalho, que possam ser utilizados nas pausas verificadas na atividade e nos intervalos de atendimentos de clientes.

26 - DISPENSA POR JUSTA CAUSA: Ao empregado despedido por justa causa, o empregador deverá entregar declaração do motivo determinante.

27 - SERVIÇO MILITAR: Fica assegurada ao empregado convocado para prestação de serviço militar estabilidade no emprego, até 90 (noventa) dias após a baixa ou desincorporação.

28 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA: O contrato de experiência somente terá validade se expressamente celebrado, com a data de início datilografada e a assinatura do empregado sobre a referida data, devendo ser anotado na CTPS. Sua prorrogação será permitida em instrumento particular.

29 – REFEIÇÕES: A empresa que não dispuser de cantina ou refeitório destinará local em condições de higiene apto às refeições dos empregados.

30 – LANCHES: No trabalho em regime de horas extras, após 45 (quarenta e cinco) minutos, será fornecido lanche, ou, se isto não for possível, será pago o valor correspondente a R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos), corrigido conforme índice de correção salarial na data-base.

31 - CHEQUES SEM FUNDOS: Os empregados não terão descontos salariais de valores de cheques sem fundos recebidos em função de caixa ou de cobrança, desde que cumpridas as normas da empresa, expressa em documento firmado pelo empregado.

32 - INTERVALO PARA LANCHE: Os intervalos de 15 (quinze) minutos para lanche e descanso serão computados como tempo de serviço na jornada diária do empregado.

33 – RAIS: As empresas se obrigam a encaminhar à entidade sindical dos trabalhadores, uma via de sua RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, na mesma ocasião em que façam a entrega das mesmas aos órgãos oficiais competentes.

34 - COMISSÃO MISTA: Fica instituída uma Comissão Mista, composta de 06 (seis) membros, designados 03 (três) pela Entidade Sindical dos Empregados e 03 (três) pelo Sindicato dos Empregadores. A

comissão estudará e decidirá as dúvidas que surjam na interpretação da convenção, proporá aos convenientes a alteração desta sempre que entenda conveniente, seja para criar novas. Poderão, também, empregados e/ou empregadores, submeterem à Comissão problemas decorrentes da relação de emprego, para tentativa de conciliação.

35 - ADICIONAL NOTURNO: O trabalho noturno - como conceituado em Lei - será pago com adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário-hora diurno.

36 - CONTROLE DE FREQUÊNCIA AO TRABALHO: As empresas utilizarão, obrigatoriamente, controles de frequência, mediante livros, cartões ou fichas-ponto.

37 - ATESTADOS: Serão aceitos para justificação de ausência ao trabalho os atestados médicos ou odontológicos dos profissionais da Previdência Social, e os conveniados da Entidade Sindical dos Empregados, da empresa ou de organização por ela contratada.

38 - ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE: Ao trabalho insalubre serão aplicados os adicionais de 45%, 25% e 15% nos riscos de grau máximo, médio e mínimo, respectivamente.

39 - ADMISSÃO DE MENORES: Os menores serão admitidos sempre com vínculo de emprego e com submissão às condições mínimas de proteção desta Convenção Coletiva, ainda que sua contratação se faça mediante convênio da empresa com organismos ou entidades assistenciais, observando-se o disposto na Lei 10.097 de 19/12/2000, sendo que o valor a ser utilizado para o cálculo do salário hora terá por base o piso normativo da categoria no valor de R\$742,00 (setecentos e quarenta e dois reais).

40 - ADICIONAL DE FÉRIAS: As férias serão remuneradas com adicional de 1/3 (um terço) sobre o valor do salário, independente de serem proporcionais, indenizadas de forma simples ou em dobro; sem prejuízo do adicional, o empregado poderá, se quiser, converter em dinheiro 1/3 (um terço) do período de férias que irá gozar.

41 - FUNDO DE GARANTIA: No ato de homologação ou de quitação de haveres rescisórios a empresa deverá fornecer ao empregado extrato da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, constando a situação dos depósitos e rendimentos, inclusive o trimestre imediatamente anterior ao rompimento do vínculo, salvo motivo de força maior do agente financeiro.

42 - CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO: O empregado que não tiver interesse no cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, poderá liberar-se de cumpri-lo, percebendo o salário dos dias em que trabalhou no período. É vedado ao empregador determinar cumprir o aviso prévio em casa, exigindo-se em tal hipótese, que proceda a indenização do respectivo período, observando-se o disposto no Parágrafo Único da Cláusula 47.

43 - MORA SALARIAL: Os salários não pagos até o 5º (quinto) dia útil posterior a seu vencimento, serão devidos com juros moratórios de 0,50% (meio por cento) ao dia.

44 - CONFERÊNCIA DE CAIXA: A conferência de valores de caixa será feita na presença do operador responsável, sendo este impedido de acompanhá-la não terá responsabilidade por erros ou diferenças eventualmente apuradas, ressalvada a hipótese de recusa injustificada.

45 - QUEBRA DE CAIXA: Os empregados que atuarem em funções de caixa, recebendo e pagando valores, terão uma tolerância mensal máxima equivalente a 20% (vinte por cento) do Salário Normativo para suporte de diferenças apuradas em "quebra de caixa".

46 - GARANTIA DE EMPREGO AO APOSENTADO: Será assegurada ao empregado, garantia de emprego nos doze meses que antecedem o implemento do tempo necessário para à aposentadoria, que tiver, no mínimo cinco anos de serviço à empresa ressalvando-se a ocorrência de justa causa. Esta garantia se aplica aos casos de aposentadoria por idade (65 para homens e 60 anos para mulheres) e por tempo de serviço (35 para o homem e 30 anos para a mulher).

47 - AVISO PRÉVIO: O aviso prévio devido pelo empregador ao empregado será de 30 (trinta) dias para o empregado que conta com até 05 (cinco) anos de serviço na mesma empresa e, depois, escalonado proporcionalmente ao tempo de serviço na mesma empresa, como segue:

- a) de 05 a 10 anos de serviço na empresa - 45 (quarenta e cinco) dias;
- b) de 10 a 15 anos de serviço na empresa - 60 (sessenta) dias;
- c) de 15 a 20 anos de serviço na empresa - 75 (setenta e cinco) dias;
- d) de 20 a 25 anos de serviço na empresa - 90 (noventa) dias;
- e) de 25 a 30 anos de serviço na empresa - 105 (cento e cinco) dias;
- f) acima de 30 anos de serviço na empresa - 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo ÚNICO: O empregado que não tiver interesse no aviso prévio dado pelo empregador poderá liberar-se de cumpri-lo, percebendo os dias trabalhados no período, devendo a renúncia ser manifestada por escrito e com assistência do Sindicato dos Trabalhadores.

48 - VALE TRANSPORTE: As empresas fornecerão tantos vales-transportes quantos forem necessário para a locomoção do empregado, incluindo-se o percurso quando do intervalo para refeições, excetuando os casos onde a empresa forneça refeição no local ou vale-refeição.

49 – RENEGOCIAÇÃO: Na hipótese de alteração na legislação salarial em vigor, ou alteração substancial de condições de trabalho e salário, as partes se reunirão para examinar seus efeitos, para adoção de medidas que julgarem necessárias com relação as cláusulas 04, 05 e 06, facultando-se o Dissídio Coletivo no caso de insucesso da negociação.

50 - CATEGORIAS DIFERENCIADAS: Esta Convenção tem aplicação a todos os empregados, excetuados os integrantes de categorias profissionais diferenciadas, das empresas representadas pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Estado do Paraná, incluídos os que trabalham em oficinas de reparação e assistência aos produtos das marcas que comercializam.

51 - QUADRO DE AVISOS: Sob a responsabilidade do Sindicato, as empresas permitirão a colocação de avisos, editais e notícias de atividades do mesmo, não admitindo, porém, propaganda político-partidária ou dizeres ofensivos a quaisquer pessoas ou entidades.

52 - DA TAXA DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (REVERSÃO SALARIAL): Por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da categoria profissional comerciaria realizada em 25 de maio de 2010, para a qual todos os seus integrantes foram formalmente convocados, inclusive para manifestarem oposição, face à decisão do E.STF - processo RE nº 220700-1 - RS. e RE nº 189960-3 SP, restou deliberado a cobrança de taxa de contribuição Assistencial - reversão salarial, de todos os integrantes da categoria, em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Ponta Grossa, independentemente de filiação ou não, considerando a condição de todos serem representados por este ente sindical e beneficiários das disposições constantes na presente Convenção Coletiva de Trabalho, no percentual de 4% (quatro por cento) da remuneração "per capita" de agosto de 2010, já reajustado pela presente Convenção, a ser descontado pelo empregador, e recolhida até o dia 10 de setembro de 2010.

Parágrafo Primeiro: Em caso de não recolhimento até a data aprazada, o empregador arcará ônus estipulado nas disposições do artigo 600 da CLT.

Parágrafo Segundo: Será obrigatório o desconto da Taxa de Reversão dos novos empregados admitidos na empresa, no período de 1º junho de 2010 até 31 de Maio de 2011, nos mesmos moldes desta cláusula, desde que não tenha recolhido no emprego anterior para a mesma categoria profissional, devendo ser recolhida até o dia 10 (dez) do mês subsequente à admissão.

Parágrafo Terceiro: Fica assegurado aos empregados o direito de oposição do desconto da referida taxa, a qual deverá ser apresentada individualmente pelo empregado, ao Sindicato ou ao empregador, até 30 (trinta) de agosto/2010.

Parágrafo Quarto: A presente cláusula tem vigência de 12 (doze) meses, a iniciar em 01/06/2010.

53-CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA: As empresas mediante autorização expressa e mediante a apresentação de proposta de sócio de seus funcionários associados ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Ponta Grossa, descontarão, mensalmente, em folha de pagamento o valor estabelecido para a contribuição, repassando-o ao sindicato favorecido no prazo de 10 (dez) dias após a efetivação do desconto, com observância ao disposto no artigo 545 da CLT.

Parágrafo Único: O Sindicato se compromete a informar à empresa até o dia 20 de cada mês a relação dos empregados que se desfiliaram.

54 – AUXILIO FUNERAL: Em caso de falecimento do trabalhador a empresa pagará ao conjunto de seus dependentes reconhecidos pela previdência social, a título de auxílio funeral o valor equivalente da cláusula 04.

55 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS: Para a concessão de parcelas a título de participação de lucros ou resultados da empresa, deverão os empregadores firmar Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato dos Empregados até o final da vigência desta convenção, observados os preceitos da Lei n.º 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

56 – DESCONTOS: Os empregadores poderão descontar dos salários de seus empregados, desde que expressamente autorizados por escrito, importâncias correspondentes a seguros, parcela atribuível aos obreiros relativos a plano de saúde e vales farmácia.

57 - EMPRESAS CONCORDATÁRIAS, FALIDAS: As empresas concordatárias e a massa falida que continuar a operar e as empresas que comprovarem dificuldades econômicas poderão, previamente, negociar com a entidade sindical dos empregados para pagamento dos salários, índices de correção salarial e haveres rescisórios.

58 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL: As empresas integrantes da categoria econômica representadas, nesta Convenção Coletiva de Trabalho, deverão recolher através de guia própria em favor do **Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Estado do Paraná junto às agências do Banco Itaú, a contribuição assistencial patronal, fixada em Assembléia Geral, vencível até 30 (trinta) de setembro de 2010.**

59 - ATIVIDADES SINDICAIS: É assegurada a dispensa, dos dirigentes sindicais até dez dias por ano, para exercício de atividades do Sindicato, mediante solicitação por escrito da entidade sindical, nos termos

do artigo 543 parágrafo segundo da CLT.

60 – VARIÇÃO DA JORNADA DIÁRIA: Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos.

61 – MULTA: Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas acordadas, em obediência ao disposto no Artigo 613, inciso VIII da CLT, fica estipulada multa equivalente a 01 (um) piso salarial da categoria em favor da parte prejudicada.

Parágrafo Único: Havendo, pelas concessionárias descumprimento ao disposto nas cláusulas 21, 22 e 23 incidirá multa prevista na clausula 22.

E, por assim terem convencionado, firmam este instrumento, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para os fins de direito.

Ponta Grossa, 17 de agosto de 2010.

Sindicato Dos Empregados No Comércio De Ponta Grossa CNPJ 80.251.481/0001-47
Presidente - João Vendelin Kieltyka - CPF 286.732.129-87

Sindicato Dos Concessionários E Distribuidores De Veículos Do Estado Do Paraná - CNPJ 01.819.587/0001-28
Presidente – Luís Antônio Sebben - CPF 221.636.119-49



